

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Franca

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 Em Reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **ENTIDADE** é uma **ASSOCIAÇÃO** sem fins lucrativos e econômicos, de caráter beneficente de assistência social, com atividade nas áreas de Assistência Social, educação e saúde, conforme o artigo 2º do Estatuto Social, Título de Utilidade Pública Estadual, conforme Lei n.º 2.403 de 08.08.80, Título de Utilidade Pública Municipal, conforme Lei n.º 1.985 de 30.06.71, Registrado no Conselho Municipal de Assistência Social sob nº 016/2012, Registrado no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente sob nº 27/1992, com Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social renovado, com validade assegurada de 01/01/2015 a 31/12/2017 no Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, conforme processo de renovação nº 71000.139178/2014-00, protocolado tempestivamente. Tem como finalidade estatutária, em consonância com artigo 9º do Estatuto Social:

I – promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, e transtornos globais do desenvolvimento, em seus ciclos de vida: crianças, adolescentes, adultos e idosos, buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania;

II – prestar serviço de habilitação e reabilitação ao público definido no inciso I deste artigo, e a promoção de sua integração à vida comunitária no amparo da assistência social, realizando atendimento, assessoramento, defesa e garantia de direitos, de forma isolada ou cumulativa às pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, e para suas famílias;

III – prestar serviços de educação especial às pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla;

IV – oferecer serviços na área da saúde, desde a prevenção, visando assegurar uma melhor qualidade de vida para as pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e levam em consideração a Norma Brasileira de Contabilidade – ITG 2002 (R1) específica para Entidades sem Finalidades de Lucros e a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade para preparação de suas demonstrações financeiras.

A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no “Diário” da Entidade, e posteriormente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas.

A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil.

A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”.

A entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

A Entidade desenvolve as atividades nas seguintes áreas de atuação: Saúde, Educação e Assistência Social e mantém sua escrituração contábil segregada por área de atuação (Saúde, Educação e Assistência Social).

RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.

b) Apuração de receitas e despesas do exercício

As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios, e são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, Avisos Bancários, Recibos e outros. As despesas da entidade são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos em conformidade com as exigências fisco legais.

c) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas e premissas que incluem a provisão para contingências e provisão para créditos de liquidação duvidosa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

d) Instrumento financeiro

Instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outros passivos circulantes e não circulantes.

e) Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

Aplicações financeiras

São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Convênios a receber

Os valores das contas a receber são contabilizados considerando o regime de competência de suas operações.

Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, com as respectivas depreciações registradas pelo método linear, de acordo com as taxas mencionadas na nota explicativa n.º 05.

Redução ao valor recuperável

O ativo imobilizado e o intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Entidade não identificou qualquer evidência que justifica a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2016.

f) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Provisões

As provisões são reconhecidas, quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.



g) Gratuidades

Estão demonstradas conforme legislação vigente Lei n.º 12.101/09 e alterações e o decreto n.º 8.242/14.

h) Doações

As doações são reconhecidas como receita quando recebidas. Demais despesas e receitas são apuradas pelo regime de competência

i) Aplicação de recursos

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS COM RESTRIÇÃO

	2016	2015
Caixa Econômica Federal C/Poup.33734	1.429.449	1.492.725
Caixa Econômica Federal C/Poup.3835-8	320.579	289.748
Total	1.750.028	1.782.473

4. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS A RECEBER

	2016	2015
Contrato Saúde – SUS Federal	72.000	72.000
Convênio FNAS-SUAS	23.310	21.286
Convênio FEAS	957	447
Total	96.267	93.733

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Franca

Mantenedora da Escola de Educação Especial 'João Maria Vianney'
 CEBAS - Certificado de Assist. Social - protoc. n° 71000.139178/2014-00
 CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde n° 2035901
 CNPJ. n° 45.316.338/0001-95 - Inscrição estadual: isenta



5. MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO

<u>Descrição</u>	<u>Taxa</u>	<u>Saldo</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transf.</u>	<u>Saldo</u>
	<u>Anual</u>	<u>31.12.2015</u>				<u>31.12.2016</u>
	%	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Custo						
Terrenos	-	-	-	-	-	-
Edificações	4	2.772.128	-	-	-	2.772.128
Máquinas, equip. e instalações	10	188.206	19.717	(1.085)	-	206.838
Móveis e utensílios	10	456.891	34.886	(30)	-	491.747
Veículos	20	367.214	-	-	-	367.214
Computadores e periféricos		196.530	9.028	-	-	205.558
Outros		151.209	2.488	-	-	153.697
Construção em andamento		206.154	319.591	(50.304)	-	475.441
Total		4.338.332	385.710	(51.419)	-	4.672.623
Depreciação Acumulada						
Edificações		(393.399)	(110.873)	-	-	(504.272)
Máquinas, equip. e instalações		(73.518)	(19.404)	343	-	(92.579)
Móveis e utensílios		(256.310)	(38.430)	29	-	(294.711)
Veículos		(136.861)	(83.277)	-	-	(220.138)
Computadores e periféricos		(138.113)	(26.794)	-	-	(164.907)
Outros		(84.371)	(15.344)	-	-	(99.715)
Total		(1.082.572)	(294.122)	372	-	(1.376.322)
Total		3.255.760	91.588	(51.047)	-	3.296.301

6. OBRIGAÇÕES COM PESSOAL

	2016	2015
Salários a pagar	286.630	67.857
Férias a pagar	77.244	-
13º salário a pagar	143.554	-
Outros	4.493	-
Total	511.921	67.857



7. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS A REALIZAR

	2016	2015
Convênio 758054 – Saúde	1.608.196	1.492.725
Convênio SINCOV 8110631	320.579	289.748
PDDE Federal	52.267	-
Convênio 70/2016 / Unidade Referenciada	19.187	-
Convênio 75/2016 / Centro Dia	61.861	64.010
Subvenção Social/Auxílio Serv. Domicílio	39.068	51.134
Outros	-	-
Total	2.101.158	1.897.617

8. DOAÇÕES RECEBIDAS PARA INVESTIMENTO

	2016	2015
Doações recebidas para investimento (não Circulante)	142.755	158.837
Total	142.755	158.837

9. CONTINGÊNCIAS A PAGAR

A Entidade possui processos judiciais em andamento e fase de defesa que envolve responsabilidades contingentes e estimativas de perdas prováveis no montante de aproximadamente R\$ 380.696.

10. SUBVENÇÕES ESPECÍFICAS E CONVÊNIOS

Durante os exercícios de 2016 e de 2015, a entidade recebeu subsídios através de subvenções e convênios firmados com órgãos federais, estaduais, municipais e particulares, cujos valores contabilizados em receitas, representam:

	2016	2015
Saúde	2.771.789	2.920.826
Educação	3.413.973	3.189.889
Assistência Social	1.445.668	1.538.245
Total	7.631.430	7.648.960

11. APLICAÇÃO DE SUBVENÇÕES E CONVÊNIOS ESPECÍFICOS

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade está demonstrando a aplicação dos Recursos e as responsabilidades decorrentes de tais recursos, conforme abaixo:

Exercício de 2016

Exercício	Concedente	Atividade	No. Convênio	Vir. Recebido	Vir. Realizado
				c/ rendimento	
				R\$	R\$
2016	Governo Estadual	Assistência	Subvenção Lei n.º 8.400/2016	11.546	13.909
2016	Governo Federal	Assistência	Convênio 70/2016 - Unidade Referenciada	279.868	287.823
2016	Governo Municipal	Assistência	Recurso CMDCA - Lei n.º 8.696/2016	38.238	38.318
2016	Governo Municipal	Assistência	FEAC – Convênio 15/2016	62.534	62.627
2016	Governo Municipal	Assistência	Convênio 70/2016 - Unidade Referenciada	670.478x	691.002
2016	Governo Municipal	Assistência	Convênio 75/2016 – Centro Dia	334.811	342.745
2016	Governo Municipal	Assistência	Subvenção – Lei n.º 8.209/14 – Serviço Domicilio	12.066	-
2016	Governo Municipal	Assistência	Subvenção Social de Rifaina Lei n.º 1.730/15	36.126	39.274
2016	Governo Federal	Educação	PDDE Federal	20.510	28.131
2016	Governo Estadual	Educação	Processo n.º 1021/0048/2015	1.357.863	1.359.646
2016	Governo Municipal	Educação	Convênio 01/2015 Lei n.º 1.341 30/12/2014	50.526	51.668
2016	Governo Federal	Saúde	Fundo SUS – Convênio 0010/11	864.606	870.020
2016	Governo Federal	Saúde	Subvenção n.º 8.226/15 CER	1.681.409	1.686.740
Total				5.420.581	5.471.902

12. COMPOSIÇÃO DAS GRATUIDADES

Para atender os requisitos da legislação vigente lei n.º 12.101/09 e o decreto n.º 8.242/14 a Entidade efetuou os seguintes procedimentos em gratuidades:

Exercício de 2016 - Valores demonstrados em Reais – R\$

<u>Descrição</u>	<u>Gratuidades</u>	<u>Receitas</u>	<u>Quantidade</u>
	<u>Realizado</u>	<u>Públicas</u>	<u>Média de Atendidos</u>
Educação	5.643.382	3.413.973	540
Saúde	4.253.935	2.771.789	963
Assistência Social	3.040.655	1.445.668	438
Total	12.937.972	7.631.430	

A Entidade recebe recursos das esferas Municipais, Estadual e Federal, conseqüentemente as gratuidades concedidas são de 100% e o excedente das despesas é coberto por "Receita Própria".

A Entidade possui convênio com o SUS e o atendimento é de 100% gratuitos, pois não são atendidos procedimentos através "convênios privados e particulares".

13. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Durante o exercício de 2016 a Entidade apurou custos no montante de R\$ 108.393 decorrentes de serviços voluntários utilizando o critério de reconhecimento do valor justo pela prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

14. RESULTADO DAS AÇÕES ASSISTENCIAIS/SAÚDE/EDUCAÇÃO (INDICADORES)

A Entidade em atendimento a Lei No. 12.101/09, Decreto n.º 8.242/14 na realização de suas atividades de assistência social (fins), demonstra no quadro abaixo os dados quantitativos das ações sociais:

SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E SUAS FAMILIAS

Principais Atividades	Número de Atendimentos		Número de Pessoas Atendidas*	
	2016	2015	2016	2015
Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade para Pessoas com Deficiência e suas famílias, ofertados na modalidade:				
a) Serviço para PCD na modalidade de Unidade Referenciada	82.500	19.478	375	866
b) Serviço para PCD na modalidade de Centro dia para pessoas com deficiência	10.560	7.200	48	30
c) Serviços ofertados para PCD modalidade domicílio do usuário ¹	330	4.426	15	40
TOTAIS	93.390	31.104	438	936

*A entidade encerrou o ano com uma média de 963 atendidos, que foram acompanhados e orientados em suas demandas pela área da assistência social, porém inseridos nos serviços socioassistenciais, foram efetivamente 438 usuários.

14.1 DEFESA E GARANTIA DE DIREITOS:

Os serviços ofertados tiveram como direção o enfrentamento as desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, visando a efetivação dos direitos das pessoas com deficiência atendidas. O serviço foi realizado em articulação com CREAS, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselho Tutelar, entre outros.

Observa-se junto ao público atendido, a não garantia dos direitos previstos legalmente, pois não raramente recebemos usuários que já passaram por atendimento na rede pública e não foram atendidos em seus direitos.

Visando a representação e garantia de direitos da pessoa com deficiência a entidade manteve representantes em conselhos, fóruns, conferências, seminários, entre outros.

¹ Em 2016 a entidade deixou de ofertar o Serviço no Domicílio, em decorrência do chamamento público realizado pelo município para o serviço, porém continuou com acompanhamento mensal à algumas famílias.

14.2 ATENDIMENTOS- GRATUIDADES CONCEDIDAS (SAÚDE)

Os serviços de atenção à saúde foram realizados no Centro Especializado em Reabilitação (CER), com foco na habilitação e reabilitação neuro sensorial e motora da pessoa com deficiência intelectual, múltipla e física. O atendimento conta com equipe multiprofissional que trabalha de forma individual e/ou grupal. Estes atendimentos têm por objetivo contribuir na ampliação das potencialidades, independência, manutenção da qualidade de vida e inclusão dos atendidos, além de prevenir alterações secundárias. Foi realizado atendimento de estimulação precoce, atendimento ambulatorial especializado.

Na área da saúde, foi realizado ainda a Prestação de serviços de assistência a saúde, destinado as pessoas com deficiência intelectual e múltipla, em complementação as disponibilidades do Município de Franca, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Neste serviço foi realizado atendimento complementares ao CER, como atendimento odontológico, hidroterapia, fisioterapia respiratória, hipoterapia e atendimento de fisioterapia e fonoaudiologia no domicílio dos usuários mais comprometidos.

14.3 DO NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDAS

No decorrer do ano foram atendidos em média 963 usuários/mês, no Centro Especializado em Reabilitação e no Serviço de Assistência a Saúde, destinados à pessoa com deficiência intelectual, múltipla e física.

14.4 QUANTITATIVO DOS ATENDIMENTOS

Os serviços de atenção a saúde foram realizados no Centro Especializado em Reabilitação e no Serviço de assistência a Saúde, por equipe multiprofissional, como: médicos, dentistas, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, nutricionista, psicólogos e assistentes sociais, enfermeiros, entre outros. Em 2016 foram realizados 87.190 procedimentos/atendimentos de média e alta complexidade às pessoas com deficiência intelectual, múltipla e física, usuários do SUS – Sistema Único de Saúde.

14.5 DA CONCESSÃO DOS RECURSOS EM ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Conforme determinação do artigo 4o. da Lei No. 12.101/09, artigo 19 do Decreto n.º 8.242/14, e portaria 834/16 Ministério da Saúde a Entidade cumpriu as metas estabelecidas no Convênio de Prestação de Serviços de Assistência a Saúde.

14.6 ATENDIMENTOS- GRATUIDADES CONCEDIDAS (EDUCAÇÃO)

O trabalho foi desenvolvido de acordo com o modelo teórico do sistema funcional e multidimensional da AAIDD – Associação Americana em Deficiência Intelectual e do Desenvolvimento, tendo como base os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, a Pedagogia de Projetos, o Planejamento Diário da Turma e o Plano de Ensino Individualizado (PEI) do aluno. As etapas de escolarização organizam-se em Educação Infantil (Educação Precoce e Pré-Escola), para alunos de 0 (zero) a 5 (cinco) anos e 11 (onze) meses e Ensino Fundamental na FASE I: Escolarização inicial, para alunos de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e 11 (onze) meses e FASE II: Programa socioeducacional, para alunos de 15 (quinze) a 30 (trinta) anos. Desenvolvimento da aprendizagem, através das habilidades sociais, intelectuais, comunicativas, comportamentais e motoras.

14.6.1 DOS PROGRAMAS ATENDIDOS

14.6.1.1 EDUCAÇÃO INFANTIL

Na Educação Infantil a prática educativa permitiu por parte dos alunos a construção de uma imagem positiva de si, descobrindo e conhecendo seu próprio corpo, suas habilidades e limitações; contribuiu também para o estabelecimento de vínculos afetivos que fortaleceram a autoestima e ampliaram as possibilidades de comunicação e interação social. O Plano Curricular foi desenvolvido observando-se a base nacional comum: Identidade e Autonomia, Linguagem Oral e Escrita, Arte, Matemática, Natureza e Sociedade, Música, Movimento. O programa de educação infantil encerrou o ano com 40 alunos regularmente matriculados.

14.6.1.2 ENSINO FUNDAMENTAL

No Ensino fundamental a aprendizagem desenvolveu habilidades e competências da pessoa com deficiência através de uma educação pautada no processo de desenvolvimento humano integral e integrado. No ano de 2016 foram proporcionados aos alunos atendidos, meios adequados ao seu desenvolvimento integral, assim como o favorecimento na sua adaptação aos diferentes grupos sociais, por meio de atividades, visando atingir o máximo de suas potencialidades, através de conteúdos adaptados.

Esta modalidade de ensino foi organizada em Escolarização Inicial, Programa Socioeducacional e Educação para o Trabalho. Foi realizado ainda o atendimento educacional especializado para os alunos com Transtorno do Espectro Autista.

O Ensino Fundamental encerrou o ano letivo 500 alunos, regularmente matriculados, frequentando o período da manhã ou o período da tarde.

14.6.1.3 DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO DO MÍNIMO DE BOLSAS INTEGRAIS

Todas as matrículas realizadas na Escola de Educação Especial “João Maria Vianney”, mantida pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Franca, são ofertadas gratuitamente à pessoa com deficiência intelectual.

EXERCÍCIO DE 2016

Educação Básica	Quantidade
Alunos matriculados	540
Alunos pagantes *	-
Alunos com bolsas integrais	540

*A APAE de Franca não possui receitas com mensalidades.

15. ISENÇÃO PREVIDENCIÁRIAS USUFRUÍDA

Em atendimento a legislação vigente valores relativos às isenções previdenciárias e isenções sociais (COFINS) gozadas durante os exercícios de 2016 e de 2015, correspondem aos montantes de R\$ 2.054.037 e de R\$ R\$ 1.644.954, respectivamente.

16. RENÚNCIA FISCAL

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade tem os tributos mencionados abaixo como base de sua renúncia fiscal: INSS Quota Patronal, PIS sobre receitas, COFINS sobre receitas, ISS sobre receitas, IPTU, IRPJ, CSLL, IRRF s/ aplicações financeiras.

17. INSTRUMENTOS DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros estão apresentados no balanço patrimonial pelos valores de custo, acrescidos das receitas auferidas e despesas incorridas, os quais se aproximam dos valores de mercado. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e estabelecimento de sistemas de controles.

A Entidade não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente e, tampouco, possui em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

18. COBERTURA DE SEGUROS

A entidade mantém cobertura de seguros em montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

19. CARACTERÍSTICAS DA IMUNIDADE

A Entidade é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9º da CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características:

- a instituição é regida pela Constituição Federal;
- a imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;
- não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária);
- não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo;

20. REQUISITOS PARA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional (CTN).

O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos;

- a) Não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título.
- b) Aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (art. 55, § único, do Estatuto Social).
- c) Mantem a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

21. REQUISITOS PARA MANUTENÇÃO DA ISENÇÃO TRIBUTÁRIA.

Para usufruir da isenção tributária, cumpre os seguintes requisitos:
Estatutários

- não percebe a seus direitos, conselheiros, sócios, instituidores ou beneficiários, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.
- aplicar suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais.
- não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto.
- atende o princípio da universalidade do atendimento, onde não direciona suas atividades exclusivamente para seus associados (as);
- tem previsão nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidades sem fins lucrativos congêneres ou a entidade públicas consta em seu estatuto social a natureza, objetivos e público alvo.

22. OPERACIONAIS CONTÁBEIS

- possui certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrativos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- mantém sua escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidades de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;
- conserva em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, dos documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial;
- compre as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributárias;
- elabora as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade;